



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

THAINARA MARTINS ALCANTARA

**O ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO NA INCLUSÃO ESCOLAR  
DA PESSOA NO ESPECTRO AUTISTA:  
Um relato de experiência**

BRASÍLIA  
2023

THAINARA MARTINS ALCANTARA

**O ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO NA INCLUSÃO ESCOLAR  
DA PESSOA NO ESPECTRO AUTISTA:  
um relato de experiência**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob orientação da Profa. Ma. Daniela Barros Pontes e Silva.

Brasília - DF

2022

THAINARA MARTINS ALCANTARA

**O ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO NA INCLUSÃO ESCOLAR  
DA PESSOA NO ESPECTRO AUTISTA:  
um relato de experiência**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob orientação da Profa. Ma. Daniela Barros Pontes e Silva.

**Banca Examinadora:**

Ma. Daniela Barros Pontes e Silva (Orientadora) – TEF/FE/UnB

Dra. Fátima Lucília Vidal Rodrigues – TEF/FE/UnB

Dr. Saulo Pequeno Nogueira Florencio – UniCEUB

Ma. Paula Fernandes de Assis Crivello Neves – Doutoranda PPGE/UnB

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ma Martins Alcantara , Thainara  
O acompanhamento terapêutico na inclusão escolar da  
pessoa no espectro autista: um relato de experiência /  
Thainara Martins Alcantara ; orientador Daniela Barros  
Pontes e Silva . -- Brasília, 2023.  
26 p.

Monografia (Graduação - Pedagogia ) -- Universidade de  
Brasília, 2023.

1. Autismo. 2. Acompanhamento terapêutico . 3. Inclusão  
. 4. Educação . I. Barros Pontes e Silva , Daniela, orient.  
II. Título.

Aos meus pais, pelo amor e todo apoio. Ao meu filho, minha fonte de inspiração para seguir a caminhada. Às minhas irmãs, Alayne e Giovana e ao meu companheiro, Daniel Felipe, por me encorajar e me amparar nesse e em tantos outros momentos. A Henrique, Elayne, Juliana, Hélio, Minéia e Ana Gúlias, agradeço pela oportunidade de aprender, educar e acompanhar. À minha orientadora, que me acolheu como estudante e acompanhante terapêutica.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o relato de minha vivência como estudante de Pedagogia da Universidade de Brasília que exerceu a função de acompanhante terapêutica de um estudante no espectro do autismo, por mais de 4 anos. Utilizando a metodologia do relato de experiência, a abordagem dos relatos está articulada com a bibliografia especializada sobre o tema. Para iniciar, a contextualização da educação inclusiva e o espectro do autismo são apresentados, seguidos da segunda seção onde se aborda a reflexão sobre práticas inclusivas e excludentes no ambiente escolar. Na terceira e última seção, são apresentadas as vivências e reflexões desenvolvidas dentro do espaço escolar, sobretudo sobre a inclusão social das pessoas com autismo, seus obstáculos e caminhos possíveis.

**Palavras-chave:** autismo, acompanhamento terapêutico, inclusão, educação.

## **ABSTRACT**

This work aims to present the report of my experience as a student of Pedagogy at the University of Brasília who exercised the role of therapeutic companion of a student on the autism spectrum, for more than 4 years. Using the methodology of the experience report, the approach of the reports is articulated with the specialized bibliography on the subject. To start, the contextualization of inclusive education and the autism spectrum are presented, followed by the second section where reflection on inclusive and exclusive practices in the school environment is addressed. In the third and last section, the experiences and reflections developed within the school space are presented, especially on the social inclusion of the people with autism, their obstacles and possible paths.

**Key words:** autism, therapeutic accompaniment, inclusion, education.

## SUMÁRIO

<b>MEMORIAL.....</b>	<b>9</b>
<b>EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ESPECTRO AUTISTA.....</b>	<b>13</b>
<b>ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO E PRÁTICAS INCLUSIVAS E EXCLUDENTES NA ESCOLA.....</b>	<b>15</b>
<b>EDUCAR E ACOMPANHAR: VIVÊNCIAS E REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO SINGULAR DA INCLUSÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>24</b>



## MEMORIAL

A minha vida escolar começou em 2000 no SESC, uma escola localizada em Taguatinga Norte, que na época, atendia crianças sem cobrança de mensalidade. Guardo boas lembranças das vivências, das duas professoras que me acompanharam nos três anos de educação infantil e dos colegas, alguns deles me acompanharam até o ensino médio. Em 2003 comecei a estudar numa escola mais próxima a minha casa, a Escola Classe 17. A primeira série do ensino fundamental 1 me proporcionou uma experiência traumática, não pude apreciar a vivência com a professora, que, por diversas vezes adotava uma conduta agressiva com a turma, usando adjetivos que, hoje, como uma pessoa adulta e futura pedagoga, acho que são cruéis e desmotivadoras para crianças. Os anos seguintes naquela escola foram mais tranquilos, não tenho memórias afetivas, mas acredito que me adaptei bem ao ambiente e ao fluxo de trabalho. Ingressei em 2003 e em 2006 concluí o ensino fundamental 1.

Em 2007 iniciei o ensino fundamental 2, no Centro de Ensino Fundamental 15 de Taguatinga. Nessa escola conheci um pouco sobre a Universidade de Brasília. Em 2009, o professor de geografia mencionou suas histórias com a universidade e sobre como era importante nos prepararmos de forma saudável para ocupar uma vaga numa federal. Ali, surgiu o meu interesse. Ingressei no ensino médio em 2011, o processo de adaptação com a nova realidade foi marcado por muitas dificuldades e demandas emocionais. Naquele ano, eu passei pela primeira retenção, eu nunca me destaquei nas disciplinas de exatas, sempre fui aprovada na média e não dominava bem os conteúdos que eram apresentados na escola.

Em 2012 eu cursei o primeiro ano do ensino médio novamente e pude aprender e compreender melhor o meu processo de aprendizagem. O Centro de Ensino Médio Ave Branca me proporcionou ensino de qualidade e uma formação política e visão social que, com toda a certeza, impactam profundamente na profissional e cidadã que me tornei. Em 2014, ainda cursando o terceiro ano do ensino médio, eu fui aprovada pela primeira vez no vestibular da Universidade de Brasília, fui aprovada para o curso de fisioterapia, ingressei pelo sistema de cotas de escola pública, era a filha de um mecânico e de uma merendeira aprovada.

Minha família é nordestina do oeste da Bahia, fui a segunda a ingressar no ensino superior e numa universidade pública. A fisioterapia não era minha primeira opção de curso, eu optei porque passei por um processo de resistência dos meus pais sobre escolher cursar pedagogia. Fiz alguns semestres do curso e passei pelo desligamento da instituição. Este processo foi significativo, mesmo não sendo o curso e a profissão da minha vida, eu tinha vontade de continuar pelos meus pais.

Amadurecer e compreender alguns processos me ajudou a perseverar naquilo que eu acreditava ser melhor. Conheci um pré-vestibular que atendia estudantes de escolas públicas, o Galt. Fiz o processo seletivo, fui aprovada e decidi que estudaria até conquistar a minha vaga no curso de Pedagogia, que veio no segundo semestre de 2017. Ali, meus pais já estavam mais receptivos com as minhas escolhas, desde pequena, eu dizia que seria professora.

Nos primeiros semestres do curso eu temia a educação inclusiva, pensava que nunca conseguiria ser boa, tinha medo de falhar e não conseguir cumprir a minha missão. Meu primeiro contato veio no segundo semestre, com a disciplina “O Educando com Necessidades Educacionais Especiais”, durante a divisão de grupos para o seminário, escolhi ficar no grupo que falaria sobre o Espectro Autista, escolhi porque achava que de todos os temas, para mim, o inalcançável seria este, então eu precisava dar atenção. Hoje, lembro de algumas informações que passamos naquele seminário e sinto necessidade de reformular toda aquela apresentação, que transbordou e reforçou todo o estereótipo que foi desconstruído aos meus olhos quando comecei a trabalhar com um adolescente autista.

Apesar da inexperiência, quando cursava o quarto semestre, fui contratada para trabalhar com acompanhamento terapêutico. Eu fui com todo o anseio de conhecer e aprender para nunca me sentir incapaz de incluir e alcançar um educando. São quatro anos ocupando essa função, sorri muito, aprendi, chorei e descobri uma coragem que não sabia que existia. De 2019 até hoje, eu e o educando passamos por experiências memoráveis e outras inadmissíveis dentro do ambiente escolar, e, por isso, eu cheguei ao tema deste trabalho. Avante!

## **INTRODUÇÃO**

Aberta as possibilidades de aprendizado que a educação proporciona a uma educadora em formação, em 2019 fui apresentada a uma profissão que eu desconhecia: acompanhante terapêutica. Essa oportunidade de trabalho veio até mim através de uma colega, ela ocupava este cargo e precisava de alguém para substituí-la. A princípio, senti muito medo, achava que não seria capaz de exercer essa profissão. Mas, ainda assim, me prontifiquei para conhecer a família e toda a equipe que acompanharia o educando. Era a desconstrução do modelo tradicionalista e pautada na indústria da doença que havia internalizado na minha trajetória acadêmica.

Durante as entrevistas e os momentos de interação, conhecendo um pouco do educando, pude prestigiar da segurança e amparo que a equipe de psicóloga e psicopedagoga poderia proporcionar, eu quis permanecer ali, me aproximar da inclusão social. Quando ingressei no curso de Pedagogia, sabia que a inclusão seria o processo mais desafiador que eu evidenciaria na educação, durante toda a minha vida estudantil não tive a oportunidade de presenciar esse processo.

Iniciei o acompanhamento terapêutico em janeiro, naquele mês estava cursando a disciplina Didática Fundamental do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, ali pude vivenciar minha primeira experiência com inclusão social e educacional. Nessa turma recebemos alunos com surdez, um deles com surdez e baixa visão, ele assistia às aulas acompanhado de um intérprete que nos apresentou e nos aproximou desse colega, mostrando as diversas formas de comunicação para que pudéssemos nos aproximar e aprender. Não pude manifestar a professora como aquela experiência havia despertado a minha visão para uma educação humanizada, ali seria o início da formação profissional e pessoal da Thainara, a acompanhante terapêutica

Apesar de não me sentir qualificada, não dominava cursos preparatórios, para desempenhar a função de acompanhante terapêutica, iniciei o meu trabalho no ambiente escolar em fevereiro de 2019, fui muito bem recebida nessa escola. Percebi que o educando era muito querido e estimado por parte da equipe que já o acompanhava há alguns anos, mas, exposto a uma exclusão que, por vezes, parecia maldosa e regada de desinformação e desinteresse sobre formação continuada ou simplesmente uma aproximação dos professores. Ali compreendi o real significado e

a minha função naquela escola, naquele cargo, compreendi também que a família desconhecia muitas práticas adotadas pela escola e pelos educadores. Além de

12

instruir e aplicar o planejamento pedagógico individual para o educando, percebi a função de instruir aos pais sobre os deveres da escola no processo de inclusão escolar e social. Por vezes, alertar a escola sobre os direitos do educando, da família e aproximá-los das práticas orientadas pela equipe de terapeutas que acompanha e instrui o educando fora do contexto escolar.

O acompanhante terapêutico trabalha em parceria com a escola para alcançar o objetivo comum de garantir que a criança ou o adolescente possa usufruir do seu lugar como estudante e que a escola possa trabalhar para auxiliá-lo. A prática ocorre através da discussão de estratégias e meios para ajudar a pessoa a ser, estar e ocupar a escola, a sociedade.

Diante do exposto, este trabalho tem o objetivo apresentar meu relato de experiência como estudante de Pedagogia da Universidade de Brasília exercendo a função de acompanhante terapêutica de um estudante no espectro do autismo numa instituição de ensino privada do Distrito Federal. Utilizando a metodologia do relato de experiência, a abordagem dos relatos estão articulados a bibliografia especializada sobre o tema.

Trata-se de pensar o relato de experiência em perspectiva epistemológica, expandida a partir das singularidades, sendo, conseqüentemente, um importante produto científico na contemporaneidade. Isso porque refere-se a uma construção teórico-prática que se propõe ao refinamento de saberes sobre a experiência em si, a partir do olhar do sujeito-pesquisador em um determinado contexto cultural e histórico. Sem a pretensão de se constituir como uma obra-fechada ou conjuradora de verdades, desdobra-se na busca de saberes inovadores. (DALTRO e FARIA, 2009, p. 228)

O Espectro Autista se caracteriza pelo desenvolvimento atípico na interação social da pessoa. As necessidades e habilidades dessas pessoas variam de forma ampla, e, por isso, não é correto traçar um perfil único dentro do espectro. A visão unicamente clínica do Espectro “acaba por anular a dimensão humana das relações interpessoais em função da supervalorização do diagnóstico” (OLIVEIRA, 2019, p. 14). A inclusão escolar das pessoas no espectro autista se dá a partir de planejamento das práticas pedagógicas seguindo o desenvolvimento singular. Essas práticas devem caminhar junto a inclusão social, garantindo bem estar, respeito e autonomia. A presença de um acompanhante terapêutico na escola evidencia a dificuldade na

relação entre a instituição e o educando, aponta uma falha no processo de inclusão.

13

Na última sessão deste trabalho, intitulado *Educar e acompanhar: vivências e reflexões sobre o processo singular da inclusão*, apresento meu relato de experiência como acompanhante terapêutica a partir das vivências e reflexões dentro do espaço escolar, sobretudo sobre a inclusão social da pessoa com autismo.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ESPECTRO AUTISTA**

O Espectro Autista se caracteriza pelo desenvolvimento atípico na interação social e comunicação. Seguindo os manuais de diagnósticos, é possível encontrar como definição o desenvolvimento alterado, apresentando manifestações antes dos três anos de idade. Entre as características apresentadas, estão distúrbios psicossomáticos - distúrbios do sono ou distúrbio alimentares -, disfunção sensorial, processamento auditivo, hiperatividade a estímulos táteis, hipersensibilidade auditiva (MASSUD, 2020). Não é possível, e tampouco correto, traçar um perfil único de uma pessoa com autismo, as necessidades e habilidades variam amplamente entre indivíduos. É importante lembrar que o autismo é um espectro, e cada indivíduo com autismo têm suas próprias necessidades e habilidades únicas (OLIVEIRA, 2019). O diagnóstico biomédico (DINIZ et al, 2009), considerado um instrumento de lei, são representações que classificam de modo universal os indivíduos, por vezes, causa a subjetivização da pessoa.

O diagnóstico tem como sua essência a repetição; repete sempre o que conceitua anormal. Como instrumento de lei do biopoder, ele perpetua a repetição do que diz ser universal. Contudo, na repetição está a diferença das singularidades em seres que são nominados como idênticos, mas que não o são. Aqui, pois, está a diferença na diferença. (ORRÚ, 2017, p. 33)

No contexto da inclusão escolar, esses educandos necessitam de um planejamento das práticas pedagógicas adaptadas seguindo o seu desenvolvimento (BOSA, 2006). Essas práticas pedagógicas elaboradas e aplicadas devem, sobretudo, incluir o sujeito socialmente, garantindo bem estar, respeito e autonomia. A inclusão ultrapassa o limite escolar, ela é uma necessidade e direito social. No contexto da

inclusão escolar, esses educandos necessitam de um planejamento das práticas

14

pedagógicas adaptadas seguindo o seu desenvolvimento (BOSA, 2006). Essas práticas pedagógicas elaboradas e aplicadas devem, sobretudo, incluir o sujeito socialmente, garantindo bem estar, respeito e autonomia. A inclusão ultrapassa o limite escolar, ela é uma necessidade e um direito social.

A força e alcance da exclusão são fortes perante a sociedade, e, por isso, a inclusão não deve ser pensada somente em âmbito escolar, visando práticas pedagógicas e avaliativas que são elaboradas e aplicadas sobre um modelo de estudante que é ordenado pela própria escola (TUNES, 2020). Assegurar a inclusão social dentro do ambiente escolar é compreender que esse processo acontece de diferentes formas, em diferentes lugares e que não deve resultar na padronização do estudante.

A inclusão promove a construção de uma sociedade que oferta oportunidades diversas e criativas que abrange as suas diferenças. Em nível mundial, o conceito de inclusão se difunde através das políticas educacionais, onde a sociedade e as instituições de ensino se organizam segundo princípios democráticos para incluir a todos (OLIVEIRA, 2015). Esse processo provoca a transformação da perspectiva educacional, contemplando todos os educandos envolvidos, desconstruindo a ideia errônea que é construída de que todos são iguais. Orientada por leis e políticas, a inclusão torna-se e recria-se em diversos espaços sociais, por vezes, causando o desequilíbrio da harmonia que os indivíduos acreditam existir. Ela dá voz, grita, caminhando na direção contrária ao silenciamento. Suas práticas guardam a produção da identidade e das diferenças, mesmo com forte influência de propostas que caminham por questões éticas conservadoras, se constroem, se estabelecem, se instalam nos mais diversos ambientes de aprendizagem: em casa, na escola e na rua.

Antes de uma aproximação, antes de conhecer uma pessoa com autismo, tudo que eu sabia sobre o espectro autista eram ideias engessadas, estereotipadas a todas as pessoas, todos os educandos neuroatípicos (ORTEGA, 2009). Diante de todas essas (des)informações, a sensação de insegurança frente a inclusão dessas pessoas me deixava assustada, desmotivada sobre a minha formação acadêmica. Aprendendo na profissão, desconstruir toda a ideia que adquirir até o terceiro semestre do curso: a ideia de que todos eram iguais. E assim, construí minha interpretação sobre

enunciados, nomeiam as pessoas de forma universal, objetificam essas pessoas e assim a identidade é vinculada a aspectos biológicos.

O diagnóstico biomédico presente no DSM e CID é um vetor catalisador de descapacidades, déficits, ausências, prejuízos, falta de potência, anomalias, rigidez e espectros. É um mecanismo que coisifica, etiqueta, classifica, enrijece, padroniza, desigualta, mutila, aniquila, fere e mata o Ser singular. Serve para justificar a máquina jurídica às ações que segregam, punem, excluem, dopam, interdita e declarado incapaz ou anormal, usurpando sua identidade de ser humano. (ORRÚ, 2017, p 23)

A compreensão das neurodivergências "fixadas" nos indivíduos é uma perspectiva tradicional, um modelo médico da deficiência. De acordo com esse modelo, a neurodivergência é vista como um problema que reside no próprio indivíduo, que é "defeituoso" ou "anormal". Esse modelo coloca a responsabilidade da neurodivergência no indivíduo e sugere que a melhor maneira de lidar com ela é através de tratamentos médicos ou terapias para "corrigir" ou "curar" a condição, contribuindo para a discriminação, estigmatização e a exclusão desses educandos, já que são vistos como "diferentes" e "menos capazes".

A inclusão é um processo complexo e singular, que jamais deveria acontecer no meio termo ou ser pautada na homogeneidade. A inclusão revolucionária não acontece pela diferença, ela se desloca junto a diferença (ORRÚ, 2017). Quando esse processo não abrange os requisitos pautados, o trabalho do acompanhante terapêutico se faz mais que necessário e urgente no espaço escolar, quando a instituição não se compromete com esses compromissos, esse profissional se encarrega de suas e de muitas outras funções, se tornando o único responsável pela inclusão. E assim, a inclusão é limitada e caracterizada pela presença do acompanhante terapêutico na escola.

A Lei 12.764/2012 menciona que a pessoa no Espectro Autista incluída nas classes comuns de ensino regular, tem direito a um acompanhante especializado em casos de comprovada necessidade. O acompanhante especializado é um profissional capacitado para atuar com pessoas no espectro autista, geralmente psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e educadores especiais. Há uma instrução exigida para esse acompanhante, ele deve ter conhecimento e habilidades para lidar com as demandas específicas do educando e deve contribuir para sua inclusão na escola. Algumas instituições assumem o acompanhamento terapêutico desses estudantes, em outros casos, a família se responsabiliza por esse profissional.

A presença de um acompanhante terapêutico nas escolas evidencia a existência de dificuldades na relação entre a instituição e o educando, que ocorre devido a vários fatores, como a falta de compreensão das necessidades do educando, a falta de recursos para lidar com essas necessidades ou a falta de comunicação eficaz entre a escola e a família. De um lado, temos problemas identificados no educando, que se restringe ao seu déficit, sobretudo, seu diagnóstico. De outro, a queixa recai sobre o desespero dos professores em trabalhar com a inclusão, e, então, falta formação, instrumentos e recursos (SPAGNUOLO, 2017).

No entanto, a presença de um acompanhante terapêutico também pode indicar que a escola não está preparada para lidar com as demandas dos educandos com necessidades especiais e que não está dando suporte apropriado para estes educandos. Na contramão da inclusão, a presença do acompanhante terapêutico se faz necessária para reforçar que a escola caminha para exclusão, assumindo uma deficiência da instituição. Ao longo dessa experiência, a escola se fez ausente sobre obrigações mínimas da instituição: da elaboração de atividades pedagógicas a comunicar intercorrências diárias. Dentro do contexto escolar, o acompanhante terapêutico se torna único responsável por seu acompanhado, exercendo funções que vão além do trabalho social e pedagógico de suas competências.

Assumindo tantos papéis e tantas funções que esperávamos de outros educadores, como acompanhante terapêutica me perdi dentro da minha própria função. Por vezes, assumindo papel de tradutora. A pessoa que eu acompanhava seria incapaz de emitir uma mensagem sobre ele mesmo? Não! Mas dentro do



contexto escolar, entende-se que o indivíduo é emissor de mensagem que deveria ser traduzida para a escola, a função como acompanhante seria tornar público o que

17

acontece com o acompanhado. O acompanhante terapêutico se faz presente como mediador das relações entre o educando acompanhado e seus colegas, professores e demais educadores do ambiente escolar, é o acompanhante que ajuda a estabelecer e fortalecer esses vínculos, pautando a autonomia e trabalhando com pressuposto que essa intervenção não é permanente, ela precisa impulsionar o educando acompanhado. Ajudá-los nesse processo de integração e identificação das experiências sociais é apoiar sua constituição psíquica, favorecendo a linguagem com a socialização e construindo relações e vínculos de forma autônoma. (ALBANO, 2015).

Trabalhando a mediação das relações do educando, surge a necessidade de mediar a relação da família com a escola. Esta, avaliada como concreta e respeitosa pelos longos anos de parceria, sofreu com a ruptura de alguns valores e práticas que a família acreditava que estavam sendo preservadas dentro do ambiente escolar. Era **meu papel** como acompanhante terapêutica que atua no ambiente escolar com relação empregado e empregador direta com a família, relatar sobre os diversos episódios de discriminação, exclusão, que ferem os direitos da pessoa no espectro autista, este foi um momento muito delicado.

Além da ruptura de uma relação construída com a família, houve a ruptura da relação acompanhante terapêutico com a escola. A presença do outro desconhecido e sem vínculos trabalhistas na escola, um ambiente que já seguia em harmonia, se tornou uma ameaça. Mas, como o trabalho do acompanhante terapêutico se dá para o fortalecimento do sujeito, é necessário estabelecer o diálogo entre equipe escolar e a equipe de terapeutas que se unem e se fortalecem para auxiliar a pessoa acompanhada. O acompanhamento terapêutico estende as possibilidades de construção de vínculos da pessoa com os outros, estende e amplifica a possibilidade de ser e estar na escola. Por isso, surge a necessidade de trabalhar também com a instituição, produzindo questões, fazendo com que ela saia do lugar e se movimente. E para isso, é necessário transitar pela escola, com atenção a quando e como deve ser sua entrada e permanência em sala de aula, sem permitir que seja esquecido e excluído junto ao educando (GAVIOLI, RANOYA; ABBAMONTE; 2001). A intenção é mudar o encontro da escola com o espectro autista.

## **EDUCAR E ACOMPANHAR: VIVÊNCIAS E REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO SINGULAR DA INCLUSÃO**

O trabalho do acompanhante terapêutico na escola acontece para possibilitar que o barulho se torne uma polifonia de vozes que se escutam (SPAGNUOLO, 2017). O que a escola poderia fazer para esse estudante? O que a escola pode proporcionar a ele? A pergunta parte do agente externo, a acompanhante terapêutica, a resposta, a movimentação do trabalho acontecem dentro da escola, é um movimento de fora para dentro. O trabalho da escola e da acompanhante deveria proporcionar a autonomia, a inclusão partindo do pressuposto que em algum momento não será mais necessário a presença dessa terapeuta, sua presença é provisória.

Com o acompanhamento no espaço escolar, percebi que era necessário o conhecimento dos professores sobre o educando, compreendi que, por vezes, isso só aconteceria com o meu afastamento. Alguns educadores projetavam a função de tradutora para mim, como eles poderiam conhecer o educando se esperavam que a acompanhante falasse por ele? Mesmo que a intenção fosse saber mais sobre o educando, todos os diálogos, os questionamentos eram direcionados a mim, esperavam que eu pudesse responder por ele, e eu não poderia e nem deveria. Ele é capaz de contar a sua história.

Percebi que o meu trabalho seria mais eficaz se eu não tentasse preencher a lacuna do trabalho da escola, eu não poderia permitir que a única proposta inclusiva que a instituição apresentaria para o educando fosse a minha presença naquele espaço (isso já era um direito dele), eu não poderia ser sua única interação social, ele ocupava aquele espaço há muito mais tempo que eu, ele pertencia, era parte da escola, a minha presença não poderia afastá-lo do contexto escolar.

O primeiro ano letivo como acompanhante me educou como pedagoga, me impulsionou a necessidades e urgências em práticas mais humanas. Num período de vulnerabilidade socioemocionais, na intensidade da convivência com crianças e adolescentes, a escuta amiga, o acolhimento, a empatia me educaram, traçaram características e valores que construíram a acompanhante terapêutica e a pedagoga que ali se formava. Essa construção humana, essa urgência, se manifestou logo nos primeiros meses de vivência na escola, quando junto ao educando, presenciei o

primeiros meses de vivência na escola, quando junto ao educando, presenciou o momento de discriminação e exclusão mais marcante. Durante anos, os educadores

19

da instituição mantiveram uma relação muito amigável com o educando e sua família: sempre se cumprimentaram com abraço ou aperto de mão.

No dia 11 de abril de 2019, houve uma ruptura nessa prática, quando o educando tentou e sem sucesso, cumprimentar o professor com um abraço. Esse professor, no corredor da sala de aula, levantou seus braços e como estivesse tratando de algo que pudesse contaminá-lo, pediu para que não fosse tocado. O estudante não manifestava suas emoções de desapontamento ou tristeza com choro ou ira, ele sempre se expressava rindo, era incompreendido. O pedido para que não fosse tocado veio por duas vezes em voz alta, eu estava manuseando um material que estávamos usando, precisei me apressar e conter a situação de alguma forma, precisei explicar ao estudante que o professor não gostaria de abraçá-lo. Naquele momento eu me senti desencorajada, incapaz de protegê-lo, senti que havia fracassado. Aquela ação foi criminosa, e para além disso, ele ainda demonstrava aos educandos como eles poderiam lidar com o colega.

Este professor direcionou seu pedido de desculpas a mim, mais uma vez eu ocupava a função de tradutora, de receptora de tudo aquilo que deveria ser expressado ao acompanhado. Após negar a manifestação amigável e discriminar o educando, o professor cedeu o abraço a outra colega de sala, eu era incapaz de explicar o que havia acontecido ao acompanhado. A relação estabelecida sobre o olhar de fora, aquele que vai apresentar o mal estar no processo de inclusão, foi intensificado diante dessa prática, quando relatado a equipe gestora, foi alegado que esse educador seria incapaz de tal atitude.

Refletindo sobre a permanência e tentativa de trabalho e parceria junto à escola, surgem muitos questionamentos: se parte da família a iniciativa e os custos com uma acompanhante terapêutica, qual é o nível de envolvimento, integração e interesse de se aproximar, conhecer, acolher e incluir esse educando? A minha presença atesta o despreparo dessa instituição sobre um educando neuroatípico com demandas diferentes dos seus colegas de classe, a minha presença atesta o despreparo diante a dificuldade de interação no processo de aprendizagem, a dificuldade na comunicação e ensino dos educadores (TUNES, 2011; ORTEGA, 2009). O acompanhante terapêutico assume a responsabilidade sobre a educação

para solucionar a ausência dos professores que se deparam com o não saber.

20

No processo de aproximação da escola, foi necessário um trabalho de escuta, de acolhimento do não saber, isso foi feito para o desenvolvimento pedagógico e social do educando. A escuta é um processo de inclusão para o professor, é promovê-lo como eixo indispensável para o desenvolvimento do educando. Assim, a exposição de alguns anseios proporcionou a aproximação ao espectro autista e ao estudante.

Nesse processo, uma das queixas seria a instabilidade no comportamento em sala de aula, por vezes o acompanhado soltava risadas em momentos que se desconsiderava essa expressão. Convidei esses professores a refletir sobre como eles mesmos se comportam e se expressam com risadas: é seguro dizer que nossas risadas são unicamente expressão de felicidade? Pessoas (neuroatípicas ou não) se expressam com risadas em momentos de constrangimento, tristeza, essa expressão não define somente em felicidade, em alegria. E a partir dessa reflexão, foi possível conscientizar sobre observar e compreender os contextos, as situações, as vivências que a sala de aula proporciona a essa pessoa.

Dentro de toda essa intensidade, quem era a pessoa que eu realizava o acompanhamento terapêutico? O que ele gostaria de transmitir às pessoas? No período de seleção para a função de acompanhante terapêutica, uma das educadoras que acompanhou o educando, mencionou que ele seria incapaz de aprender. Apesar da inexperiência, nunca me permiti acreditar nesse absurdo que demonstra toda a incapacidade e desinformação de mais um educador que avalia o processo de aprendizagem a partir de um padrão aplicado aos educandos e não percebe o impacto de suas práticas e estratégias sobre o processo de aprendizagem da pessoa. Procurei compreender esse processo, busquei meios para alcançá-lo, acreditei que ele me mostraria seu caminho e seu fluxo. Antes era esperado que alguém escrevesse por ele, amarrasse seu cadarço, comunicasse suas necessidades e vontades, não foi observado a necessidade da autonomia, não é necessário alguém que faça, mas que auxilie no processo de descobrimento e desenvolvimento dessas habilidades. Diferente do adolescente desencorajado que encontrei no início do acompanhamento, agora posso dizer que ele escreve a sua história, ele conta a sua história, verbaliza suas necessidades e dialoga com quem se faz presente para escuta com a segurança de quem sempre soube ser e estar.

Desde o início do acompanhamento, foi apresentado pela família uma preocupação sobre o futuro profissional do estudante. Como uma pessoa que não

21

corresponde a expectativas e padrões estabelecidos pelo sistema educacional, o que ele seria capaz de produzir? Nesse processo, foi necessário trabalhar e desconstruir a ideia de capacidade prodigiosa, um mito construído sobre as pessoas com autismo. Aos pais, essa descoberta era necessária para orientar e possivelmente transformar essa capacidade numa atividade remunerada. Mas, o que eles estavam projetando para essa atividade remunerada? Os interesses do educando eram voltados para as artes visuais, o gosto pela pintura, produzir e expor. Para quem observa essa pessoa enquanto produz, é notável o seu encontro com a atividade, com a sua identidade.

Era mais do que tinta sobre tela, era o tátil, sentir a tinta, como se pertencesse àquele material. Como transformar essa atividade em algo remunerado? Ele mostrou o seu caminho. Não era necessário pintar para gerar lucros, pois, isso, para ele, parecia ser parte de sua essência, e assim poderia simplesmente ser e estar imerso e participativo naquela sala de artes. Sobre isso, a escola agiu de acordo com seus interesses, mas agiu. Deu a ele a função de monitor, era sua função organizar o material utilizado durante as aulas, organizar as exposições das produções dos estudantes e auxiliá-los, dentro de suas habilidades, no que fosse necessário.

A função de monitor se estendeu também às aulas práticas de educação física, era responsabilidade do estudante conduzir as turmas da sala de aula a arena da escola e organizar o material esportivo para as aulas. Para isso, a professora auxiliou na organização emocional para que o estudante pudesse emitir o comando aos colegas de forma efetiva. Um simples “bom dia, turma! Vamos para a arena” causou impactos relevantes na comunicação, na relação com os outros e nas habilidades socioemocionais. Ele demonstrava felicidade em participar de forma ativa dessas práticas diárias da escola. Estava condicionado, sabia os horários, as turmas, às vezes agia a frente da professora, demonstrava satisfação em participar da movimentação, demonstrava que ali era o lugar que ele queria ocupar na escola. As atividades de monitoria ocupavam um espaço na grade horária que era reservado às atividades pedagógicas estabelecidas pela equipe de terapeutas que acompanhava o estudante, e, por isso, em determinado momento, foi necessário suspender a participação nessa atividade.

Esse rompimento gerou impactos negativos sobre a saúde emocional: seria

correto dispensar uma das poucas práticas que pensadas pela escola que geram bem estar ao educando? Mesmo que não correspondesse às teorias da inclusão, ali ele se

22

sentia parte da escola. Diante disso, mais uma vez, ele se impôs, como alguém que reconhece e verbaliza suas vontades, buscou retomar a sua rotina de monitor.

As vozes que se enunciaram de seus pontos de partida, de seus papéis e funções sociais, de suas linhas de fuga, emergem guerrilhas de sobreviventes. Enunciam algozes e conquistas do alheio por meio de lutas ou de esforços contrariados. As trilhas são irregulares até o ponto de chegada. (ORRÚ, 2017, p 121)

O educando, de sua maneira doce, com suas práticas e manifestações diárias, não se permitiu mais ser excluído, silenciado, não permitiu mais não ser, estar e ocupar o seu lugar. Ele exige e permite ser compreendido dentro de sua essência, suas habilidades e suas dificuldades. Ao contrário das teorias engessadas e equivocadas sobre o autismo, os educadores que se interessaram, puderam apreciar a descoberta de uma pessoa, que sim, sempre viveu no mesmo mundo que eles, sempre teve seus anseios, suas vontades, seus sentimentos e que foi silenciado, coisificado pela cultura do diagnóstico. Sua forma de ser e estar não era válida, porque não estava adequada ao manual tomado como verdade sobre pessoas no espectro autista, não correspondia ao padrão. Ele sempre esteve ali.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O acompanhante terapêutico pode ser visto como um estrangeiro na escola devido à sua posição intermediária entre o educando e os professores. Esse

profissional está dentro o suficiente para trabalhar com a pessoa acompanhada e os

23

professores, mas também está fora o suficiente para ter uma perspectiva diferente da realidade da escola. Se ele trabalha em consonância com a escola, ele deixa de ser um acompanhante e passa a fazer parte dela. No entanto, mesmo trabalhando na mesma direção da escola, o acompanhante terapêutico pode oferecer uma abordagem diferente e útil para auxiliar e permitir que a criança ou o adolescente se torne e ocupe o espaço escolar de forma ativa (SPAGNUOLO, 2017).

Ao longo desses quase cinco anos no acompanhamento terapêutico, compreendi que acompanhar não implica administrar o outro, é necessário possibilitar a caminhada, amplificar a sua voz, oferecer possibilidades de compreensão de seu modo de linguagem para o outro. O que move o acompanhante é intervir junto ao acompanhado para promover o lugar ocupado por ele no ambiente escolar, na vida fora desse ambiente também.

A função do acompanhante é variável, o que vai definir é como a pessoa vai representar as suas percepções sobre o outro, sobre o processo de aprendizagem, sobre e inclusão escolar e social. Sim, é importante entender que a presença do acompanhante terapêutico no ambiente escolar é para oferecer suporte e não é permanente. O objetivo é trabalhar em conjunto com a escola para permitir o desenvolvimento integral da pessoa com autismo, pautado na autonomia e independência, uma vez que sua presença é temporária.

a finalidade do Acompanhamento Terapêutico na escola seria a construção de um lugar de aluno para a criança psicótica e autista. É então, quando o laço entre professor e aluno pode operar, que a presença do acompanhante se torna dispensável. (SPAGNUOLO, 2017, p. 15)

Apresentar a minha vivência como educadora proporcionou um encontro de acolhimento com a profissional e pessoa que se formou ao longo desses cinco anos. Antes, eu considerava imatura e irresponsável o trabalho realizado até aqui. A reflexão sobre essas vivências possibilitou que me encontrasse na teoria histórico-cultural, compreendesse a necessidade dessa perspectiva sobre a vida do educando que acompanho. A diferença é uma qualidade de todos nós, e não se classifica como

motivo para se fundamental o *aparthero*. É possível (e necessário) reinventar a maneira de perceber, de conversar, aprender e interagir com o outro. Porque o outro

24

não é apenas o outro, é cada um de nós quando e como somos percebidos pelo outro (ORRÚ, 2017).

## **REFERÊNCIAS**

ALBANO, P. B. Quando o acompanhamento terapêutico encontra a escola: a construção de uma prática intercessora. 2015. 156f. Dissertação (Mestrado em



BOSA, C.A. (2006). [MOU1] Autismo: Intervenções psicoeducacionais. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 28 (Supl 1), S47-S53.

DALTRO, Mônica R.; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. *PEPSIC Estudos e pesquisas em psicologia*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.

DINIZ, et al. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. *Sur Revista Internacional de Direitos Humanos*. n. 6. V. 11. Dezembro. 2009.

GAVIOLI, Camille, RANOYA, Flávia and ABBAMONTE, Renata. A prática do acompanhamento educacional na inclusão escolar: do acompanhamento do aluno ao acompanhamento da escola.. In: *COLOQUIO DO LEPSI IP/FE-USP*, 3., 2001, São Paulo.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: O que é? Por que? Como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

MASSUD, S. L. G. *O Transtorno do Espectro do Autismo e o Direito à Educação Inclusiva*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2020.

ORRÚ, S. E. et al. *Para além da educação especial*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

ORRÚ, S. E. *O re-inventar da inclusão*. Petrópolis – Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

OLIVEIRA, I. A. et al. A formação dos professores de salas de recursos multifuncionais de escolas da Rede Municipal de Belém. In: MENDES, E. G.; CIA. 2015.

OLIVEIRA, Sandra Regina de. *A inclusão da Criança com Autismo na Educação Infantil: compreendendo a subjetividade materna*. 2013. 205f. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC – Universidade de Brasília – Brasília, 2013.

ORTEGA, F. Deficiência, autismo e neurodiversidade. Revista Ciência e Saúde Coletiva. n. 14. Fevereiro 2009

SPAGNUOLO, Lenara Spedo. Acompanhamento terapêutico na escola: entre o educar e o analisar. 2017. 186 p. (Área de concentração: Psicologia e Educação) Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação, 2017.

TUNES, Elizabeth; PEDROZA, Lilia Pinto. O silêncio ou a profanação do outro. In TUNES, Elizabeth. Sem escola, sem documento. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

